



ENTRE O DISCURSO E O CURRÍCULO: A questão de gênero e sexualidade no curso de Ciências Sociais da UESC

BETWEEN SPEECH AND CURRICULUM: The issue of gender sexuality in the Social Sciences course at UESC


José Carlos Gomes de Campos¹

 <https://orcid.org/0000-0002-4044-3637>

Gabriela Santos Schiavon²

 <https://orcid.org/0009-0001-2853-5993>

Roque Pinto³

 <https://orcid.org/0000-0001-5347-0901>

RESUMO

As universidades são espaços de produção de conhecimento onde os discursos e os saberes se manifestam e influenciam as construções identitárias de cada indivíduo. O presente trabalho pretende apresentar de que forma o currículo atua como instrumento de controle e de formação discursiva, analisando também como essas marcações reverberam no currículo do curso de ciências sociais da UESC a partir das discussões de gênero e sexualidade. No primeiro momento, indicamos como se dispõem as áreas de estudo e as disciplinas no PAC do curso de ciências sociais da UESC, identificando qual disciplina sobre gênero e sexualidade presente no currículo. Após, estabelecemos como as marcações de saber/poder se relacionam com a constituição dos currículos acadêmicos. Por fim, realizamos uma análise a respeito do PAC do curso de ciências sociais da UESC, a fim de compreender os processos de formações discursivas dentro do curso, trazendo o recorte das temáticas de gênero e sexualidade. Em seguida à análise, percebemos como as interdições do discurso estão presentes na construção do currículo do curso de ciências sociais, onde as temáticas de gênero e sexualidade se esbarram no tabu do objeto e encontram resistências para a elaboração de disciplinas a respeito das temáticas, ao tempo de que também se esbarram no ritual da circunstância em que as próprias condições institucionais levam ao tabu do objeto, como também a permanência do direito privilegiado de fala aos indivíduos e instituições cis-héteros, brancos, patriarcais e cristãs.

Palavras-chave: Currículo. Discurso. Saber-Poder.

ABSTRACT

¹ Mestrando em Educação pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Professor de Educação Básica na rede estadual de Minas Gerais. E-mail: jose.cgc@educacao.mg.gov.br.

² Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). E-mail: gs.schiavon27@gmail.com.

³ Doctor Europaeus em Antropologia pela Universidad de La Laguna (Espanha). Professor Titular de Antropologia na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Ilhéus, Bahia, Brasil. E-mail: rpssantos@uesc.br.

Universities are spaces for the production of knowledge where discourses and knowledge manifest themselves and influence the identity constructions of each individual. The present work intends to present how the curriculum acts as an instrument of control and discursive formation, also analyzing how these markings reverberate in the curriculum of the social sciences course at UESC from the discussions of gender and sexuality. At first, we indicate how the areas of study and subjects in the PAC of the social sciences course at UESC are arranged, identifying which subject on gender and sexuality is present in the curriculum. Afterwards, we establish how knowledge/power marks relate to the constitution of academic curricula. Finally, we carried out an analysis of the PAC of the social sciences course at UESC, in order to understand the processes of discursive.

KEYWORDS: Curriculum. Speech. Know-Power.

1. INTRODUÇÃO

A universidade é um ambiente acadêmico onde, culturalmente e historicamente produz conhecimento. Nos moldes da universidade brasileira isso não é muito diferente, já que, a universidade é uma das principais instituições responsáveis pelo avanço científico e tecnológico do Brasil. Nesse espaço múltiplo e plural que a universidade se caracteriza, faz-se presente uma comunidade acadêmica, onde, a diversidade cultural, religiosa, política, econômica e até mesmo a sexual se esbarram cotidianamente.

É nesse cenário onde os indivíduos produzem e reproduzem discursos e saberes que estão entrelaçados em rumos históricos distintos e, coordenados e organizados em diversos procedimentos, sejam eles institucionais, culturais ou até mesmo morais. A formação discursiva dentro da universidade configura-se em um “campo bélico”, porém, frutífero na subjetivação e construção identitárias desses indivíduos.

O presente trabalho traz uma contribuição no campo da educação no que diz respeito às questões de gênero e sexualidade. Para tanto, allcerçou-se no seguinte questionamento: como faz presente a formação discursiva a despeito de gênero e sexualidade no currículo do curso de ciências sociais da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)? No intuito de responder tal questionamento, apresentaremos como o currículo é um instrumento de controle e formação discursiva e como essas marcações na produção do discurso sobre gênero e sexualidade estão ou não tñue no cotidiano do curso de ciências sociais da UESC.

O trabalho se debruçará no aporte teórico-metodológico de Michel Foucault ao

pensar *discurso, formação discursiva e poder-saber*. A abordagem é de caráter qualitativo, tendo como técnica empregada a pesquisa documental. O *corpus* se fez através do Projeto Acadêmico Curricular (PAC) no curso de licenciatura em ciências sociais da UESC.

2. CIÊNCIAS SOCIAIS E SEU CURRÍCULO

A produção de conhecimento caracteriza-se em uma tarefa que exige muitos estudos e pesquisas, onde, o sujeito que se propõe a produzir conhecimento deve situar-se no campo de saber que está ou que quer se inserir, obedecendo a determinadas regras, procedimentos e rituais. O sujeito ao adentrar a academia, terá aos seus olhos um vasto campo de oportunidades de ensino, pesquisa e extensão universitária.

No processo de graduar-se em uma determinada área do saber, o mesmo terá que cumprir algumas exigências para o rito de passagem. Dentre essas várias exigências, tem-se a questão de cursar as disciplinas que compõem a matriz curricular do curso, com aproveitamento satisfatório. Cada curso de graduação é composto por uma determinada matriz curricular, onde, há um quantitativo específico de disciplinas obrigatórias e optativas, no qual o estudante deverá se matricular e cursar durante os semestres letivos.

Ao longo do curso, o estudante se matriculará em disciplinas optativas. Onde, o critério de seleção dessas disciplinas é o interesse pessoal e profissional de cada estudante com os conteúdos abordados por tais disciplinas. É importante frisar que, no caso do curso de ciências sociais da UESC, o curso é estruturado em três grandes áreas, a saber, Antropologia, Ciência Política e Sociologia.

Dentro dessas grandes áreas há determinadas disciplinas que abordam temas específicos e, que muitas vezes estão ligadas aos campos de pesquisas dos docentes que as ofertam. Destacamos aqui que, a construção de um PAC de qualquer graduação segue determinados parâmetros curriculares e acadêmicos, que visam a aceitabilidade de órgãos educacionais reguladores, tal como o Ministério da Educação (MEC).

No caso do PAC de ciências sociais, para integralizar o curso, o estudante terá que cumprir um total de 45 disciplinas, sendo 38 disciplinas obrigatórias, 6 optativas e

1 eletiva (que não compõe a matriz do curso). Neste cenário, fica demonstrado que há uma baixa flexibilidade na matriz curricular do curso, onde, o estudante terá que aprofundar em sua área de interesse somente nas poucas disciplinas optativas ou ingressando em um projeto de pesquisa (não é o caso de estudo desse trabalho, por ora).

No que tange as disciplinas optativas dentro do PAC que abordam a temática de gênero e sexualidade, foi possível a localização de uma disciplina somente, na área da Antropologia. Essa disciplina é intitulada Antropologia e Relações de Gênero. Apresentamos abaixo a ementa da disciplina.

A sexualidade como objeto das ciências sociais. Sexualidade e gênero na abordagem antropológica. Emergência dos estudos feministas. Corporalidade, gênero e identidades sexuais. Processos e mecanismos que geram, sustentam ou alteram papéis de gênero em diferentes culturas.⁴

Analisando de forma breve a ementa, observou-se que a disciplina traz uma discussão acerca das questões de gênero e sexualidade no âmbito antropológico e, que visa compreender como os processos e mecanismos históricos e culturais interferem na subjetivação desses campos de estudos.

3. CURRÍCULO: ENTRE SABER E PODER

A construção de um currículo educacional traz por si só inúmeros processos de subjetivação, onde, a questão discursiva é presente e marcante. Dentro desse documento norteador, são inscritas marcações históricas de discursos hegemônicos, em detrimento de tantos outros reprimidos. É importante frisar que “as palavras revelam os bastidores desse pensamento, revelam suas inconsistências e contradições”, onde, “aquilo que é dito expõe o não dito presente no ato de dizer” (MAIA, 2018, p. 53).

E as questões dentro da ciência, em especial das ciências sociais no que tange aos discursos sobre gênero e sexualidade sempre foram marcantes e marcadas por

⁴ Disponível em: http://www.uesc.br/cursos/graduacao/licenciatura/ciencias_sociais/pac.pdf.

traços historicamente machistas, patriarcais e religiosos. A ciência muitas vezes foi e é utilizada como instrumento de subjugar determinados segmentos sociais, principalmente ligados a questão racial e de gênero. Assim, “os fatos, verídicos e definitivos, mesmo os da ciência, estão bem mais próximos da invenção do que da descoberta” (MAIA, 2018, p. 54).

Ou seja, há por trás de determinados discursos científicos um conglomerado de saberes e poderes que se conectam e, que são operados de forma minuciosa por certos procedimentos, afim de, coordenar, produzir e conjurar determinados discursos ‘úteis’ e ‘não úteis’. Com isso, fica perceptível que a construção histórica, principalmente na ciência caracterizava-se em “memorizava[r] os monumentos do passado transformando-os em documentos, hoje a história é que transforma os documentos em monumentos” (CEZAR, 1995, p. 139).

Mas por que o currículo tem além de tantas outras funções, a de conjurar determinados discursos em função de outros e “o que há, enfim, de tão perigoso no fato de as pessoas falarem?” (FOUCAULT, 2014, p. 8). Seria o fato de que o discurso demonstra evidência “lutas, vitórias, ferimentos, dominações, servidões, através de tantas palavras” (FOUCAULT, 2014, p. 8). Por tanto, fica evidente que

em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes perigosos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 2014, p. 9).

E a universidade enquadra-se de forma minuciosa em uma verdadeira sociedade discursiva, possuidora de interdiscursos, formações discursivas heterogêneas, onde, nos coloca em um ‘campo minado’ para análise. Porém, Foucault nos aponta caminhos e, principalmente possibilidades nessa empreitada epistemológica. Ele enquanto autor pós-estruturalista faz determinados exercícios metodológico-filosóficos, numa perspectiva não binária, onde, essa corrente “esclarece as relações sociais de dominação que vão além dos aspectos econômicos, pois abrangem questões de gênero, sexualidade e étnico-raciais” (CASALI, GONÇALVES, 2018, p. 85).

Vale destacar que o pós-estruturalismo, de acordo com Peters (2000, p. 8) pode ser caracterizado como um “modo de pensamento”, sendo composto por várias

correntes. Além de romper com a perspectiva binária, ele também rejeita as verdades absolutas, compreende a identidade do sujeito e a própria realidade como uma construção social e se propõe, portanto, a problematizar e desconstruir as formas de dominação a fim de que se rompa “com esta cultura que está consolidada na sociedade atual e que resulta na opressão, exclusão e marginalização de grupos sociais específicos” (CASALI, GONÇALVES, 2018, p. 85).

Peters (2000, p. 14) também afirma que “os pensadores pós-estruturalistas desenvolveram formas peculiares e originais de análise com frequência dirigidas para a crítica de instituições específicas e para a teorização de uma ampla gama de diferentes meios”. Dessa forma, podemos pensar a discussão do currículo partindo da compreensão pós-estruturalista que Michael Foucault nos apresenta, principalmente no que diz respeito ao discurso e a relação de saber-poder, sendo essa última, de acordo com Espósito (2020, p. 325), uma “noção fundamental do pensamento foucaultiano” em que Foucault entende que “há uma rede de saberes descontínuos e heterogêneos dispersos pela sociedade, notando que a existência de saberes oficializados é um efeito de correlações de força e táticas de dominação que operam nessa rede de saberes heterogêneos”.

Tomando a ideia pós-estrutural de que os currículos são cultura e, portanto, sistemas de significações e representações, eles trazem a marca colonial da regulação [...]. Pretendem direcionar os sujeitos, criar efeitos de poder, e ofazem. No entanto, como cultura, são também necessariamente híbridos, ambivalentes. Não são, portanto, capazes de regulação total e é por isso que outros sentidos sempre irrompem (LOPES E MACEDO, 2011, p. 214 *apud*. OLIVEIRA, 2018, p.13).

Então a constituição do PAC e, conseqüentemente do currículo do curso de ciências sociais seria um instrumento de inscrição desses diversos, que ali se materializam na burocracia acadêmica? Certamente sim, haja vista que, “o discurso é uma construção social, formado de laços sociais, tecidos e estruturados pela linguagem, que reflete o contexto histórico, político e social de seus atores e do espaço que se expressa” (CASALI, GONÇALVES, 2018, p. 88). Assim,

o discurso possui, enquanto sistema, a sua evidente dimensão linguística, mas não se restringe aos atos de fala ou ao que está estritamente escrito, englobando também ações e relações que

possuem significado social, sendo resultado de uma prática articulatória que constitui e organiza essas relações (OLIVEIRA, 2018, p. 6).

É importante destacar que a linguagem aqui discutida, é a linguagem científica, caracterizada pela razão, instrução, lógica e objetividade. Assim, podemos compreender a linguagem “enquanto uma característica fundamental do discurso e como uma atividade própria do ser humano, é tida como um poder que os indivíduos possuem para se comunicar, trocar experiências, estabelecer vínculos sociais, etc” (CASALI, GONÇALVES, 2018, p. 88).

Dentro da produção científica, que é uma atividade humana, surgem-se campos discursivos que outrora não tivera espaço dentro da academia, a exemplos os estudos sobre gênero e sexualidade. Esse campo epistemológico ficou conhecido por algumas teorias, a saber, a teoria *Queer*, onde a mesma “defende a ideia de que a identidade de gênero e sexual dos indivíduos não é definida pela biologia humana, mas é uma construção social e histórica, que não é fixa, imutável, nem tão pouco definitiva” (CASALI, GONÇALVES, 2018, p. 90).

E tratando do campo educacional, faz-se necessário a movimentação na quebra e alteração de alguns paradigmas historicamente construídos, como é a questão do gênero e da sexualidade que, ao longo do tempo ratificou com “verdade” a heteronormatividade e o patriarcalismo. Assim, é necessário a (des) construção desses paradigmas “que foram concebidos no decorrer da história e considerados como únicos, corretos e verdadeiros, a fim de extinguir as desigualdades que marginalizam e excluem os negros, mulheres, homossexuais, entre outros” (CASALI, GONÇALVES, 2018, p. 90).

4. CORPUS: ANÁLISE E DISCUSSÃO

O *corpus* deste trabalho é constituído pelo PAC do curso de ciências sociais da UESC. Apresentaremos nesta seção uma análise deste PAC, buscando compreender de como esse documento oficial se materializa enquanto rito na produção discursiva dentro do referido curso. Para tanto, mobilizaremos as categorias de *interdição* (tabu do objeto, ritual da circunstância e direito privilegiado) do discurso elencadas por Foucault na obra *A Ordem do Discurso*.

Inicialmente, percebe-se que historicamente as interdições que atingem determinados campos discursivos ou até mesmos os sujeitos que produzem determinados discursos “revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder” (FOUCAULT, 2014, p. 10). Logo abaixo apresentaremos um quadro demonstrativo com a totalização das disciplinas optativas do PAC.

Quadro 1. Quantitativo de Disciplinas Optativas (Por área).

Área	Total
Antropologia	18
Ciência Política	12
Sociologia	16

Fonte: http://www.uesc.br/cursos/graduacao/licenciatura/ciencias_sociais/pac.pdf.

Debruçando-se nos dados apresentados no quadro acima, foi perceptível que a estrutura a despeito das disciplinas optativas no curso não se caracterizou em uma paridade por área, já que, há uma diferença considerável nas quantidades dessas disciplinas em sua divisão. Suponhamos que tal fato tenha acontecido em decorrência do quadro docente à época da criação do curso. Ressaltamos que normalmente as disciplinas optativas oferecem aos estudantes a possibilidade de diálogo e aprofundamento a temas de interesse pessoal e de pesquisa.

Apontamos que essa marca que acabamos de analisar caracteriza-se no que Foucault afirmou ser o *tabu do objeto*, onde, determinados temas/assuntos sofrem incursões das diversas origens e, que tem como objetivo selecionar o que deve ou que não deve ser falado. Compreendamos que historicamente as questões relacionadas à temática de gênero e principalmente sobre sexualidade foram interditas nos diversos âmbitos sociais, diga-se também, na área da educação. É sabido que “o discurso cultural hegemônico que normatiza as estruturas binárias de sexo e gênero, estabelecendo limites para as possibilidades de configurações do gênero na cultura” (MARIANO, 2005, p. 492).

Destacamos também que o PAC foi elaborado no ano de 2008 e, à época a comissão para sua elaboração era composta por cinco pessoas, sendo, dois do gênero masculino e três do gênero feminino, tendo na sua coordenação uma mulher.

Mesmo diante desse ambiente de maioria feminina, as questões de sexualidade e principalmente de gênero parecemo-nos não ter conseguido destaque e espaço para inserir-se nos temas/assuntos abordados nas disciplinas optativas do PAC.

Consideramos que, para que isso fosse possível, algumas variáveis no que tange a questão institucional foram decisivas. Como exemplo, a quantidade de docentes que pesquisam e, conseqüentemente são especialistas nos temas/assuntos no que diz respeito a gênero e sexualidade. De modo geral, as disciplinas optativas dialogam mais diretamente com os temas/assuntos acerca das questões econômicas, religiosas e ambientais.

Com isso “não é a atividade do sujeito de conhecimento que produziria um saber, útil ou erradio ao poder, mas o poder-saber, os processos e as lutas que o atravessam e que o constituem, que determinam as formas e os campos possíveis do conhecimento” (FOUCAULT, 2011, p. 13), haja vista que, “ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfazer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo” (FOUCAULT, 2014, p. 35).

Nessa perspectiva acreditamos que a produção do PAC do curso de ciências sociais, mesmo que em sua maioria os membros em sua produção foram do gênero feminino, a inserção da temática de gênero e sexualidade no corpo das disciplinas que constituem o fluxograma do curso, esbarrou-se no *ritual da circunstância* e no famigerado *direito privilegiado* de falar. Muito porque, a composição da comissão produtora do PAC, não foi mecanismo suficiente em expressar tal dicotomia na divisão ou paridade de assuntos relacionados à temática de gênero, muito menos a despeito da sexualidade.

Seria os docentes da comissão sujeitos cis-héteros e as docentes igualmente? Não sabemos responder, porém, sabe-se que, nos espaços deliberativos, inclusive os institucionais, a preponderância das falas/decisões oriundas por parte do gênero masculino sobrepõe tantas outras. E, conseqüentemente materializando determinadas circunstâncias tipicamente heteronormativas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que o curso de ciências sociais, em teoria, facilitasse a possibilidade de romper com os discursos hegemônicos, trazendo em sua grade curricular disciplinas

com as temáticas de gênero, sexualidade, questões étnico-raciais, entre outras, isso não se fez presente na constituição do currículo do curso da UESC, como foi possível absorver a partir da análise do PAC. Prova disso, no que diz respeito ao recorte de gênero e sexualidade, em um total de 46 disciplinas optativas apenas uma aborda a temática, mesmo que a comissão responsável por elaborar o PAC do curso tenha sido composta em sua grande maioria por mulheres.

Dessa forma, o que podemos perceber é como a heteronormatividade se faz presente dentro do currículo das ciências sociais da UESC, em que discussões sobre identidade de gênero, sexualidade, orientação sexual nem se quer são consideradas, reproduzindo os discursos de invisibilidade sobre os grupos que lhes dizem respeito. Assim, pensar na (re)construção dos currículos dos cursos de graduação, seja ele da UESC ou não, é inserir-se num campo discursivo em disputa. É importante destacar que ao discutir currículo devemos entendê-lo como um instrumento decisivo no campo da educação, onde, o mesmo se inscreve no “campo político, como produtor de sentidos, destituído de verdades fundantes, que desestabiliza consensos, gera antagonismos, dissensos e exclusões” (OLIVEIRA, 2018, p. 12).

Ao pensarmos nas interdições do discurso a partir de Foucault, esse fato reflete o próprio conceito do *tabu do objeto*, onde os determinados temas encontram resistência para serem tratados em ambiente acadêmico, dessa forma eles não têm a atenção necessária para fazer parte da constituição do currículo. Assim, o currículo torna-se uma extensão do sujeito, sujeito este que materializa uma verdadeira *unidade de origem de significações*, que, ao entendimento de Foucault produz e reproduz efeitos de poder, de saber de disciplina e de sujeição.

As próprias limitações institucionais, como a falta de especializações dos/as docentes para ministrar disciplinas sobre os temas, entendidas como *ritual da circunstância*, também influenciam na construção desse *tabu do objeto*. O que também nos leva a questionar a falta de interesse dos/as profissionais da educação na discussão sobre esses determinados temas/assuntos. Ademais, a própria questão do *direito privilegiado a fala*, a qual dentro dos espaços quem sempre encontra direito a voz são os indivíduos em sua grande maioria cis-héteros, brancos, patriarcais, cristãos, que reproduzem ações e posições heteronormativas e heterossexistas.

Cabe a nós, portanto, (re) pensar o currículo, e a fonte pós-estruturalista nos oferta possibilidades para isso. À primeira vista, abandonando o imaginário de uma

educação fixa, estruturalmente rígida e binarista, buscando compreender o currículo como monumento demarcatório em tempo e espaço, onde, há presença cultural dos mais variados gêneros e observando essa pluralidade nas diversas formas enunciativas (OLVIERA, 2018). Dessa forma, podemos observar que o movimento pós-estruturalista ao debruçar-se na quebra dos paradigmas e dicotomias hegemonicamente-historicamente construídas, nos oferta instrumentos teórico-metodológico nas “pesquisas sobre política de currículo, em bases discursivas, em contraposição à ideia de currículo como expressão do instituído” (OLIVEIRA, 2018, p. 15).

Com isso fica reforçado a importância do currículo para as formações discursivas, já que para reproduzir determinado discurso é necessário que se cumpra um rito, nesse caso institucionalizado por um documento, o PAC do curso, onde, essa formação discursiva está atrelada diretamente uma prática enunciativa heterogênea institucionaliza. Sendo assim, vale ressaltar como é necessário repensar a sua construção, em que os temas/assuntos tão invisibilizados passem a integrar o curso de forma consistente e dessa forma, contribuir para a formação de cientistas sociais que (re)pensem sua posição dentro de um sistema heteronormativo e atuem na luta contra as diversas opressões, pois, onde há poder sempre existirá um foco de resistência.

REFERÊNCIAS

CASALI, Jessica Pereira; GONÇALVES, Josiane Peres. Pós-estruturalismo: algumas considerações sobre esse movimento do pensamento. **Revista Espaço de Diálogo e Desconexão – REDD**, São Paulo, v.16, nº 2, 2016.

CHAMMA, Letícia Negrão. A virada antropológica: o retorno do sujeito e da história. **Revista Sem Aspas**, Araraquara, v.7, n.2, p. 233-248, jul./dez., 2018.

CEZAR, Temístocles. Estruturalismo e pós-estruturalismo na perspectiva do conhecimento histórico. **Anos 90**. Porto Alegre, n. 4, dezembro 1995.

ESPOSITO, Yuri Bataglia. Subjetivação necropolítica e amaterialidade dopós-estruturalismo. **Agenda Política**, São Carlos, v. 8, n. 1, , 2020.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: vozes, 2011.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso – aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. 24ª edição, São Paulo: Loyola, Brasil, 2014.

MAIA, Carlos Alvarez. A crise da história e a onda pós-estruturalista. **Revista Maracanan**, Rio de Janeiro, n. 18, p. 50-65, jan./jun. 2018.

MARIANO, Silvana Aparecida. O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 13(3): 320, set.-dez., 2005.

OLIVEIRA, Márcia Betânia de. Pós-estruturalismo e teoria do discurso: perspectivas teóricas para pesquisas sobre políticas de currículo. **Revista Brasileira de Educação**, Rio Grande do Norte, v. 23, 2018.

PETERS, Michael. Estruturalismo e pós-estruturalismo. In: PETERS, Michael. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

UESC. **Proposta de criação e projeto acadêmico do curso de licenciatura em ciências sociais**. Acesso em: 02/11/2021. Disponível em: http://www.uesc.br/cursos/graduacao/licenciatura/ciencias_sociais/pac.pdf.